



Editorial

No seu primeiro dossiê do ano de 2011, reunido pelos professores Cesar Candiotto (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) e Vera Portocarrero (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), a *Revista de Filosofia Aurora* tem o prazer de apresentar aos seus leitores a recepção crítica refinada e dinâmica em torno do tema *Parrhesia*.¹

Este dossiê tem como ponto de partida o debate iniciado no *Colóquio Nacional Parrhesia: do dizer-verdadeiro*, organizado por Vera Portocarrero e Alexandre Soares Carneiro, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2009. Seu projeto nasceu da vontade de compartilhar o interesse teórico por questões dirigidas à relação entre discurso, verdade e subjetividade, a partir de pesquisas em desenvolvimento no campo filosófico contemporâneo. A delimitação do tema funda-se em estudos do pensamento de Michel Foucault, Martha Nussbaum e Pierre Hadot.

Trata-se de análises de teses que, com pressupostos metodológicos diferentes e conteúdos temáticos que se complementam, ao afirmarem a relevância de um recuo à Antiguidade greco-romana, analisam o tema da *parrhesia* no contexto do cuidado de si. Aí, são articulados, em seu caráter filosófico, ético e político, conceitos fundamentais, como

¹ Há várias grafias possíveis para essa palavra. Utilizamos aqui a transliteração do grego de Isis Borges B. da Fonseca.

os de liberdade, felicidade, prazer, desejo, conversão, ascese, insubmissão, afronta, autonomia, governo de si e dos outros.

Como explicita Foucault, a palavra *parrhesia* encontra-se, primeiramente, em Eurípedes e ocorre durante a Antiguidade grega, a partir do século V a.C.; está ainda presente em textos da Patrística. Sua origem é política, tendo-se estendido posteriormente ao campo da ética. É geralmente traduzida por *free speech*, *franc-parler*, *freimüthigkeit*, *par-résia*. Diz respeito a uma prática, a um uso: usar a verdade, sendo o *parrhesiastes* aquele que fala a verdade para outra pessoa, que diz tudo (etimologicamente: *pan* = tudo; *rhema* = que é dito) que vem à mente. Supõe-se, por um lado, que ele dê um relato exato e completo do que tem em mente; por outro lado, que a audiência seja capaz de compreender exatamente o que ele pensa.

Parrhesia é uma atividade discursiva, um dizer-verdadeiro, estabelecido em uma relação de clareza e obviedade, um jogo entre locutor e interlocutor e, ao mesmo tempo, entre aquele que fala e aquilo que ele diz, em que se evita qualquer tipo de retórica que encubra o que se pensa; as palavras e formas de expressão usadas são diretas. Nela, aquele que fala é o sujeito do enunciado e da opinião que expressa; verdade e crença coincidem. Esse é seu sentido positivo.

No entanto, há também um sentido negativo de *parrhesia*. Em Platão, há um sentido pejorativo de tagarelice sem qualificação, daquele que fala sem preocupação com o bem da cidade, como na má democracia. No cristianismo, seu caráter negativo – que opõe *parrhesia* e silêncio – deve-se ao fato de ser considerada uma atividade verbal que reflete todo o movimento do coração e da mente, obstaculizando a contemplação de Deus.

No quadro epistemológico moderno, para Foucault, a *parrhesia* grega não ocorreria, pois, nela, não há dúvida a respeito da posse da verdade, da coincidência entre verdade e crença, cuja prova reside em certas qualidades morais e no próprio modo de vida daquele que fala. Em Descartes, essa coincidência é obtida por meio de um tipo de experiência mental, que a coloca em dúvida; seu princípio de evidência é mental, sua prova encontra-se no argumento que demonstra a verdade.

No quadro político, Foucault a analisa como discurso público, na constituição da democracia ateniense, a partir da relação entre os

princípios de *isegoria* (direito de fala) e de *isonomia* (participação no exercício do poder). Ele mostra, na evolução da palavra, seu deslocamento da *ágora* para o interior da corte do rei, no período helenístico, quando a *parrhesia* ocorre na relação entre o soberano e seus conselheiros.

De qualquer modo, trata-se de uma atividade que envolve risco (de vida, de sofrimento na amizade, de perda de popularidade na assembleia), perigo e, portanto, coragem de falar com sinceridade, opondo-se fundamentalmente ao discurso da lisonja. Caracteriza-se pelo criticismo (julgamento e censura), pelo dever moral e pela liberdade de fala. Esse tipo de atividade tem um efeito transformador do indivíduo e, conforme explicita Martha Nussbaum, pode ocorrer nas escolas e nas comunidades, como a epicurista, funcionando como uma terapia do desejo, como uma técnica na condução espiritual para a educação da alma, como aparece em Filodemo e em Lucrécio.

Passemos então à peculiaridade dos artigos do dossiê.

Márcio Alves Fonseca trata da relação entre democracia e dizer-verdadeiro no contexto da *parrhesia* política em Eurípides e Tucídides, analisada por Foucault em *Le gouvernement de soi et des autres*. Fonseca apresenta os paradoxos da democracia estudados por Foucault e aponta alguns desafios para a democracia atual.

Cesar Candiotto aborda a articulação entre *parrhesia* filosófica e ação política a partir da leitura foucaultiana das *Cartas* de Platão. Se de um lado Foucault quer mostrar o fracasso da *parrhesia* política protagonizada pelos ocupantes do poder na época de Platão – e, com isso, também da nossa época –, de outro entende que é pelo exame dos limites e possibilidades dos modos de governar da racionalidade política que a filosofia encontra sua realidade.

Frédéric Gros discute uma série de proposições teóricas a partir dos cínicos, trabalhadas por Foucault no curso *Le courage de la vérité*, de 1984, particularmente a noção de vida verdadeira (*alêthês bios*). A partir dela, é possível apontar duas perspectivas de verdade na filosofia ocidental: aquela relacionada à vida filosófica, observável entre platônicos, epicuristas e, principalmente, estoicos; e a que concerne à “existência” cínica, à vida como escândalo da verdade, distante do *ethos* intelectual

platônico. A singularidade da *parrhesia* cínica é que sua verdade não está enraizada no mundo das ideias, mas em uma *vida outra*.

Diogo Sardinha investiga a origem comum do termo cinismo em Michel Foucault e a expressão *canaille du peuple* na *Anthropologie* de Kant. A raiz etimológica de *canaille* e de cínico é a mesma: o cão. A partir daqui, várias perguntas se insinuam: que relação existe entre a canalha, isto é, os cães do povo, e os cínicos, ou os cães da filosofia?

Vera Portocarrero estuda a questão da *parrhesia* em sua relação com o cuidado de si no pensamento de Michel Foucault, Pierre Hadot e Martha Nussbaum, apontando para uma complementaridade entre eles.

Fábio Ferreira de Almeida analisa a relação entre ação e discurso na investigação de Pierre Hadot pelos seus estudos de história do pensamento antigo, a partir da qual se constitui sua já clássica compreensão da filosofia como exercício espiritual.

Alexandre Soares Carneiro mostra que a noção de *parrhesia* também está presente na abordagem dos *Ensaaios* de Montaigne, nos quais podemos reconhecer uma série de “exercícios espirituais”. O próprio “ensaio” filosófico é um exercício espiritual, algo muito próximo de Foucault, para o qual o ensaio é uma modalidade de ascese filosófica.

José Ternes vê na experiência do retorno da linguagem descrita em *Les mots et les choses*, e aquela da *parrhesia* em *L’herméneutique du sujet*, algo em comum: tratam-se de atitudes radicais que demandam o desaparecimento do eu que fala, o retraimento/apagamento do mestre no dizer-verdadeiro.

Guilherme Castelo Branco argumenta que, no terreno do combate teórico e da luta argumentativa, ideias diferentes não devem ser tratadas no plano da inimizade; pelo contrário, a disputa, no sentido agonístico de embate, de jogo de forças, é o lugar natural do exercício da filosofia.

Salma Tannus Muchail indica que, em *L’herméneutique du sujet*, a *parrhesia* é descrita em dois momentos: o primeiro se caracteriza pela “análise negativa” ou “indireta”, em contraste com seus opositores, que são a lisonja e a retórica; o segundo, pela análise direta e positiva, apoiada em textos de Filodemo de Gedara, de Galeno e de Sêneca. A autora faz uma reconstituição desse segundo momento da *parrhesia*, reorganizando-o em tópicos que conduzem à sugestão de algumas reflexões.

Este número da *Revista de Filosofia Aurora* apresenta, ainda, três artigos em seu fluxo contínuo, escritos por André Constantino Yazbek, Maria Vilela Pinto Nakasu e Antonio Edmilson Paschoal.

Yazbek, em seu artigo – *Notes autour de Michel Foucault et les arts figuratifs* –, relaciona quatro passagens fundamentais da obra de Michel Foucault, as quais representam, em seu conjunto e de acordo com a análise da literatura ou das artes figurativas, três etapas do percurso foucaultiano.

Nakasu, em seu artigo – *Supereu: inquilino do eu* –, procura identificar e desfazer algumas ambigüidades em relação ao processo de evolução da concepção de supereu a partir da reformulação da noção de eu, considerada pela autora um problema metapsicológico fundamental. As transformações na teoria do eu, segundo Nakasu, foram cruciais para a elaboração das bases conceituais do supereu em sua função legisladora.

Por fim, Paschoal, em seu texto – *Da polissemia dos conceitos “ressentimento” e “má consciência”* –, enfatiza como na obra de Nietzsche esses conceitos se assemelham em relação à ideia de *inibição* de forças para o interior do homem, porém, se diferenciam não somente entre si, como também individualmente, de acordo com o papel desempenhado em outros textos de Nietzsche. Paschoal procura evidenciar que os conceitos de “ressentimento” e “má consciência” exemplificam uma variação na própria ideia de “fluidez de sentidos”.

A todos os autores que aqui publicaram suas pesquisas, rendemos nossos sinceros agradecimentos, com a certeza de que os leitores prestigiarão uma excelente leitura.

Kleber Bez Birolo Candiotto

Pelo Comitê Editorial

Cesar Candiotto

Vera Portocarrero

Organizadores do dossiê